

## Relatório de 5 anos



## Relatório da Direcção sobre a Actividade do GEE no período 2015-2019

**Ricardo Pinheiro Alves – Novembro de 2019**

## Índice

Introdução.....	2
<b>I – Apoio à política pública e promoção do conhecimento sobre a Economia Portuguesa.....</b>	<b>4</b>
I.1 - Responder de forma qualificada às solicitações dos gabinetes da tutela. ....	4
I.2 - Disponibilizar regularmente informação estatística tratada, que permita manter um diagnóstico permanente sobre a evolução da Economia Portuguesa.....	7
I.3 - Contribuir para o debate sobre a evolução da Economia Portuguesa através da elaboração de estudos e artigos com qualidade técnica reconhecida.....	10
I.4 - Monitorizar o alinhamento entre as orientações de política, os objectivos e os resultados dos organismos do ME.....	13
<b>II – Recursos humanos e financeiros potenciados .....</b>	<b>15</b>
II.1 – Recursos humanos competentes e especializados .....	15
II.1.1 – Reforço da qualidade dos recursos humanos .....	15
II.1.2 – Consolidação do GEE como Centro de Competências .....	17
II.2 – Contenção nos recursos financeiros .....	18
<b>III – Melhorar o funcionamento do Conselho para a Produtividade .....</b>	<b>19</b>
III.1 – A participação do GEE no CPP .....	19
III.2 – Proposta para o futuro do Conselho para a Produtividade .....	21
<b>IV – A consolidação de competências no futuro próximo .....</b>	<b>23</b>
Anexo 1: Carta de Missão do Director do GEE .....	24
Anexo 2: Missão e atribuições .....	25

## Introdução

O Relatório da Direcção sobre a Actividade do GEE no período 2015-2019 abrange o trabalho desenvolvido por todos os colaboradores do Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) desde o final de 2014, quando a actual direcção tomou posse. É a estes colaboradores que se devem os resultados alcançados e a seguir salientados.

A actividade do GEE foi desenvolvida após um período conturbado de intervenção externa pela “*troika*” e num contexto de recuperação económica para os níveis anteriores à crise, onde se destaca a necessidade de consolidação orçamental para reduzir o elevado nível de dívida pública portuguesa, o que afectou directamente os recursos disponíveis.

Neste âmbito, o GEE defrontou-se com a necessidade de ultrapassar a fase de alguma instabilidade verificada nos anos anteriores a 2015, quando a sua actividade esteve muito focada no acompanhamento da implementação do Memorando de Entendimento assinado por Portugal com a “*troika*” e houve uma acumulação com as questões do Emprego e Mercado de Trabalho (estas até Setembro de 2015).

Ultrapassada esta fase, os principais desafios da economia portuguesa no pós-“*troika*” - o crescimento da produtividade, a internacionalização num contexto de cadeias de valor e de globalização, o acesso a financiamento pelas empresas, o investimento em capital físico, em I&D e em capital humano, a digitalização da economia, o ambiente de negócios, o *Brexit* e outros - constituíram o essencial da preocupação deste mandato e do trabalho desenvolvido no GEE ao longo do período.

Entre 2015 e 2019, a actividade desenvolvida pelo GEE foi abrangida pela Carta de Missão (anexo 1) e pela Missão e Atribuições do GEE (anexo 2), e visou responder a:

- **Missão:** prestar apoio técnico aos membros do Governo na definição de políticas e no planeamento estratégico e operacional, apoiar os diferentes organismos do Ministério da Economia (ME), através do desenvolvimento de estudos e da recolha e tratamento de informação, garantindo a observação e avaliação global de resultados obtidos.
- **Orientações estratégicas** recebidas:
  - 1 - Responder de forma qualificada às solicitações dos gabinetes da tutela.
  - 2 - Disponibilizar regularmente informação estatística tratada, que permita manter um diagnóstico permanente sobre a evolução da Economia Portuguesa;
  - 3 - Contribuir para o debate sobre a evolução da Economia Portuguesa através da elaboração de estudos e artigos com qualidade técnica reconhecida;
  - 4 - Monitorizar o alinhamento entre as orientações de política, os objectivos e os resultados dos organismos do ME.

A Missão e as orientações estratégicas integram-se na **Visão do GEE: Referência na prestação de informação económica qualificada e na contribuição fundamentada para o conhecimento sobre a Economia Portuguesa.**

A actividade assentou na aplicação dos recursos disponíveis (ponto II em baixo) a duas prioridades principais definidas em 2015:

- O **apoio às diferentes tutelas** no âmbito do ME e, integrado nesta prioridade, às restantes entidades do sector público (ponto I-1)
  - Foi ainda definida uma outra prioridade associada e que pretendeu colmatar uma falha importante, a **avaliação de políticas públicas** (ponto I-4)
- Contribuir para o **conhecimento sobre a economia portuguesa**
  - Programa de Promoção do Conhecimento sobre a Economia Portuguesa (pontos I-2 e I-3)
  - Foi definida outra prioridade associada, a **compreensão das diferentes dimensões da produtividade** na economia portuguesa (e a criação de um Conselho para a Produtividade – Ponto III) dada a desaceleração observada no seu crescimento nos últimos 20 anos

A actividade do GEE nos últimos 5 anos destacou-se de diversas formas. Na avaliação anual de desempenho feita aos organismos do ME, no âmbito do SIADAP, o GEE **ficou sempre entre os três primeiros lugares**, tendo a pontuação alcançada crescido todos os anos. Todos os objectivos definidos no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) – com base em critérios de qualidade, eficácia e eficiência - foram alcançados ou superados no período entre 2014 e 2018, conforme apresentado nos Relatórios de Actividade anuais.

Este bom resultado é confirmado pelas **apreciações positivas recebidas dos utilizadores** do trabalho produzido no GEE ao longo do período (qualidade técnica das publicações: 4 (escala 1-5); flaches: 4,3 (escala 1-5)) e pela **subida do grau de satisfação dos trabalhadores**, comprovada em sucessivos inquéritos anónimos: de 3,5 em 2015 para 3,9 em 2018 (3,8 em média – escala 1-5).

Por último, refira-se que a intenção deste documento não é repetir exaustivamente o que se encontra apresentado nos Relatórios de Actividade publicados anualmente pelo GEE e disponíveis no portal (<https://www.gee.gov.pt/pt/>), mas apenas realçar o que mais importante foi realizado. Não impede, contudo, um agradecimento a todas as entidades com quem o GEE trabalhou ao longo deste período, com um destaque especial para as que patrocinaram as nossas actividades.

O relatório está organizado da seguinte forma: o ponto I expõe de forma resumida as múltiplas e diversificadas iniciativas que os colaboradores do GEE implementaram ao longo do mandato e que contribuíram para a prossecução das orientações estratégicas recebidas; o ponto II apresenta os recursos humanos e financeiros utilizados e perspectiva a sua evolução nos próximos 5 anos; o ponto III descreve o trabalho desenvolvido no âmbito da produtividade e inclui uma proposta para melhorar o funcionamento futuro do Conselho para a Produtividade; o ponto IV termina com as perspectivas para o futuro próximo do GEE.

## I – Apoio à política pública e promoção do conhecimento sobre a Economia Portuguesa

O aspecto mais relevante das actividades implementadas pelo GEE em resposta às orientações estratégicas recebidas da tutela é a **qualidade dos recursos humanos**. Neste sentido, o esforço deste mandato incidiu na partilha de objectivos e informação entre chefias e colaboradores, no investimento em formação e contratação de pessoal, e em meios informáticos, na divulgação de conhecimento, e na organização do gabinete.

O pessoal afecto ao **GEE foi reforçado em termos de capacidade técnica**, designadamente com formação pós-graduada, mas mantendo-se em número por razões orçamentais (Ponto II). **A formação foi direccionada para o uso de ferramentas mais adequadas ao manuseamento de grandes quantidades de informação**, quer na realização de estudos e análise económicas quer no manuseamento de bases de dados.

A realização e divulgação de estudos e informação beneficiaram ainda de um **novo portal** e de uma **nova organização por áreas de especialização** - Comércio Internacional; Ambiente de Negócios; Inovação e I&D; Financiamento e investimento; capital humano – que mantiveram permanentemente actualizado um conjunto de indicadores, medidas de política e referências bibliográficas, anualmente publicados no formato de fichas de competitividade da economia portuguesa.

Também determinantes para as actividades desenvolvidas ao longo dos anos foram a realização de **reuniões regulares com todos os colaboradores** sobre os objectivos e os resultados alcançados, a **descentralização e o envolvimento das chefias intermédias** na gestão do GEE, e a implementação da **prática de “back-up” para todos**, sendo regra a partilha de conhecimento entre os colaboradores de cada área e com as chefias directas, e a presença permanente no gabinete de pelo menos um técnico por área (mesmo em período de férias). Desta forma, a ausência de um colaborador deixou de ser motivo para atraso nos trabalhos, o que contribuiu para que o GEE cumprisse os prazos de resposta aos pedidos recebidos.

### I.1 - Responder de forma qualificada às solicitações dos gabinetes da tutela.

A resposta aos pedidos recebidos dos diferentes gabinetes abrangeu áreas tão diversas como o crescimento económico, ambiente, energia, sectores de actividade, regiões, economia internacional, políticas públicas em diferentes áreas, população, emprego, investimento ou comércio. O apoio à tutela incluiu o fornecimento regular de informação estatística sobre todos os indicadores relevantes para a actividade económica em Portugal, nomeadamente a nível macroeconómico, comércio internacional, financiamento, emprego, turismo, comércio ou serviços.

As respostas foram em regra realizadas dentro do prazo solicitado e os investimentos realizados em formação e equipamentos (apresentados no ponto II) destinaram-se a melhorar a capacidade e a qualidade de resposta do GEE.

Para isso contribuiu decisivamente a reorganização em áreas de especialização, que possibilitou que entre Dezembro de 2014 e Julho de 2019, o GEE tenha registado:

- **Total de 1.891 pedidos respondidos**, uma média de 1,6 respostas por cada dia útil;
- Este valor foi crescendo progressivamente ao longo do período, tendo passado de 0,8 em 2015 para **2,5 respostas a pedidos por dia útil** em 2019 (até Julho).

Os pedidos dos gabinetes das diferentes tutelas dividiram-se em:

- Documentos técnicos de apoio à tomada de decisão e formulação de políticas públicas (no total de 499);
- Documentos estatísticos (no total de 708).

Os restantes pedidos (no total de 684) vieram de organismos do ME e de outros ministérios, e de outras origens nacionais e internacionais. Uma parte importante dos pedidos recebidos refere-se a informação quantitativa sobre a economia portuguesa, europeia ou de diferentes países. Estes pedidos têm origem nacional e internacional, nas tutelas, em outros organismos do ME ou de outros ministérios, organizações internacionais como o FMI, a OCDE ou a Comissão Europeia, autarquias locais, associações empresariais e sindicais, empresas, docentes universitários, estudantes e restantes elementos da sociedade portuguesa.

Para além disso, o GEE apoiou as diferentes tutelas na definição de políticas públicas (e na sua avaliação, o que é detalhado no ponto I-4 em baixo) como, por exemplo:

- Estratégia de Fomento da Indústria e da Competitividade Económica
- Agenda de Comércio, Restauração e Serviços
- Desafio e Oportunidades para a Ilha Terceira
- SNIERPA: Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos
- Efeitos da diminuição do IVA na eletricidade e gás natural e compensação pelo aumento do ISP
- Análise Crítica do Relatório do Banco Mundial (*Doing Business*): Propostas de melhoria do ambiente de negócios em Portugal
- Indicadores da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (Seamind)
- Observatório da Cadeia de Valor do sector Agro-alimentar (PARCA)
- Digitalização da Economia – diagnóstico e indicadores Indústria 4.0
- Comércio Local de Proximidade
- Pequenas e médias empresas e contratação pública
- Implementação do Inquérito Piloto sobre literacia financeira nas PME, em colaboração com o DGAE e com o Banco de Portugal
- Macrotendências e Política industrial
- Portugal 2020-2030 – Definição de enquadramento e objectivos de Fichas Técnicas relativas a Eixos de Intervenção no âmbito da Agenda 2 – Inovação e Qualificações como motores de desenvolvimento
- Instrumentos Públicos de apoio às Exportações

O GEE organizou **workshops para suporte à definição de políticas públicas**:

- “Valorizar e Proteger a Propriedade Intelectual”, organizado em conjunto com a Agência Nacional de Inovação e a Associação Internacional para a Protecção da Propriedade Intelectual. O “workshop” contou com a participação de uma centena de *stakeholders* e com intervenção de convidados do Instituto Nacional para a Propriedade Industrial, de empresas e de universidades. Das conclusões do

“*workshop*” resultou um conjunto alargado de propostas que foram remetidas às tutelas do ME e do Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

- “Compreender e trabalhar com Indicadores sobre *Trade in Value Added*” foi organizado em colaboração com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e contou com 40 participantes de vários serviços da Administração Pública, diferentes universidades, Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística e Jornalistas. Este “*workshop*” contribuiu para uma maior utilização dos indicadores de comércio internacional medidos em valor acrescentado e que complementam os tradicionais valores brutos dos fluxos.
- “*R&D and Innovation Policies for the Marketplace*” (a realizar em 16 de Setembro de 2019) incidirá sobre a forma como as políticas de I&D e Inovação podem ser melhoradas de forma a ajudar as empresas a desenvolver e colocar bens e serviços no mercado, facilitando a sua expansão e o crescimento da sua produtividade. Esta será uma ocasião propícia para a formação e participação de colaboradores de outras entidades nacionais com interesse em temas relacionados com as empresas (IAPMEI, DGAE, ANI, AICEP, entre outras entidades). Estão inscritos até ao momento mais de 50 participantes nacionais e internacionais.

O GEE **apoiou diferentes serviços da Administração Pública** em assuntos específicos. Em termos de enquadramento prospectivo, foi feito o levantamento das principais macrotendências para a definição de políticas no Ministério da Economia.

O GEE apoiou ainda o IAPMEI em diversos programas, destacando-se o “Portugal Sou Eu” e o reconhecimento dos *clusters* de competitividade. O apoio à Direcção-Geral das Actividades Económicas foi permanente ao longo de todo o período, realçando-se os 410 contributos enviados como suporte à participação em reuniões internacionais, nomeadamente no âmbito do *Small Business Act*, das reuniões no Conselho da União Europeia e na OCDE, e das visitas ao estrangeiro realizadas por membros do Governo.

Para além disso, apoiou a ANI nas áreas dos programas de investimento em I&D nas empresas e na protecção da propriedade intelectual e a AICEP no desenvolvimento de instrumento de apoio às empresas para inclusão no Portal das Exportações. Finalmente, o GEE contribuiu, em coordenação com a Secretaria Geral, para o Regulamento Geral do Fundo de Maneio, e apoiou todos os serviços do ME no âmbito do SIADAP1 (ponto I-4).

Ao longo deste período, o GEE participou e forneceu informação no âmbito de reuniões do “Pós-Programa de Assistência” com a *Troika* e do “Semestre Europeu” da União Europeia desde o seu início, abrangendo diferentes áreas da Economia e do Emprego. O GEE recebeu ainda visitas de organizações internacionais e entidades financeiras externas que procuravam informação sobre a economia portuguesa.

O GEE apoiou o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) na formação dos novos Adidos de Embaixadas, realizando de sessões sobre a economia portuguesa e as políticas públicas nas suas instalações e no próprio MNE. Colaborou com a Direcção Geral de Política do Mar na definição de indicadores da Estratégia Nacional para o Mar e na monitorização da utilização de fundos estruturais da UE no Mar. Organizou diversas iniciativas conjuntamente com o Gpeari do Ministério das Finanças (Seminários, CPP, BMEP, Conferências). Finalmente, participou no

Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 apresentando à Agência Portuguesa do Ambiente contributos para os cenários socioeconómicos de evolução de Portugal nos próximos 30 anos.

O GEE colabora ainda permanentemente com o Ministério do Fomento de Espanha no âmbito do Observatório Transfronteiriço Espanha-Portugal (OTEP). Este observatório realiza anualmente um relatório conjunto com os principais indicadores relativos ao tráfego transfronteiriço de passageiros e mercadorias entre os dois países.

Por último, o GEE participou ainda em diversos **grupos de trabalho nacionais e internacionais**:

- CEPES (Comissão Especializada Permanente de Política Económica e Social) do Conselho Económico e Social
- Conselho Superior de Estatística e em diversos grupos de trabalho de áreas económicas e do emprego
- CRESAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública)
- Conselho da Indústria
- Conselho para a Produtividade (ponto III a seguir)
- Grupo Técnico do “Small Business Act”
- “High-level Committee” no âmbito do “OECD Competition Assessment Reviews”, nos sectores de transportes e de profissões liberais
- Rede Interministerial da Modernização Administrativa
- Fórum para os Sistemas de Pagamentos do Banco de Portugal
- Grupo de Trabalho do IVA na Restauração e Alojamento
- Grupo de Trabalho sobre a tributação de bebidas açucaradas
- Grupo de Acompanhamento da Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas
- Grupo de Acompanhamento da Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020
- Cibersegurança (convidado)
- Working Group on “Policy-relevant Research on Entrepreneurship and SMEs”, no Conselho da União Europeia
- “Working Party on Industry Analysis”, do Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo da OCDE (GEE faz parte do Bureau que gere o grupo)
- “Global Forum on Productivity”, da OCDE (GEE faz parte do Bureau que gere o grupo)
- “Employment, Labour and Social Affairs Committee”, da OCDE
- “Working party on Employment”, da OCDE

## **I.2 - Disponibilizar regularmente informação estatística tratada, que permita manter um diagnóstico permanente sobre a evolução da Economia Portuguesa.**

O GEE definiu como segunda prioridade (após a resposta aos pedidos recebidos das diferentes tutelas e de variados serviços da Administração Portuguesa) **contribuir para o conhecimento sobre a economia portuguesa**, e a disponibilização regular de informação é uma das formas de a concretizar.

A resposta aos pedidos referida no ponto I-1 em cima e todos os trabalhos realizados pelo GEE requerem o desenvolvimento permanente e a manutenção de 7 bases de dados, que actualmente contém 120 milhões de registos de informação (ver ponto II sobre recursos utilizados).



A informação estatística tratada baseia-se, em primeiro lugar, nas fontes oficiais nacionais e internacionais (INE, Banco de Portugal, Eurostat, OCDE, Banco Mundial, Nações Unidas, etc.). Para além disso, o **GEE colabora com diversas entidades nacionais e internacionais no desenvolvimento de microdados de empresas** pois a organização desta informação contribui não só para a resposta a pedidos da tutela e de outras fontes como, em simultâneo, possibilita a divulgação permanente de um conjunto muito alargado de indicadores estatísticos que facilitam o diagnóstico sobre a evolução conjuntural e estrutural da economia portuguesa.

O principal parceiro do GEE nesta área é a OCDE, com quem a colaboração é essencial pois possibilita a inclusão de Portugal nas diferentes análises económicas que aquela organização realiza e permite obter resultados úteis para a definição e ajustamento das políticas públicas.

O GEE colabora com a OCDE na obtenção dos resultados do “Multiprod”, um projecto que abrange um conjunto alargado de países e que visa compreender os determinantes da produtividade agregada ao nível das empresas e investigar até que ponto diferentes opções de política pública podem influenciar o crescimento da produtividade e incentivar a afectação dos recursos de uma economia para as empresas mais produtivas.

O GEE canalizou ainda a OCDE para a colaboração com o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social no âmbito de um programa semelhante para o emprego nas empresas, o Dynemp (Dinâmicas de Emprego).

Ainda em colaboração com a OCDE, o GEE recolhe e confirma toda a informação para Portugal sobre o *Product Market Regulation* (PMR), um conjunto de indicadores para toda a economia e sectoriais que medem as barreiras regulatórias à entrada e à concorrência de empresas num alargado conjunto de áreas de política pública, desde licenciamento e compras públicas até à governança de empresas estatais, controle de preços, avaliação de regulamentações novas e existentes, e comércio externo e investimento.

Para além disso, o GEE participa ainda na rede “Competitiveness Research Network”, uma rede de investigadores cujo trabalho se baseia na harmonização de informação estatística sobre as empresas de 20 países de forma a serem comparáveis, realizando análise de políticas sobre competitividade e produtividade.

A nível nacional, o GEE colabora com o INE e com o Banco de Portugal no acesso a informação detalhada (micro dados) e com o Conselho Superior de Estatística, representando o ME em diferentes secções permanentes e grupos de trabalho sobre indicadores económicos e sociais. O GEE participou ainda no exercício de “*Peer Review 2015*” para a avaliação da implementação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias por Portugal.

O GEE disponibiliza e actualiza anualmente uma Base de Dados de Investimentos em Infra-estruturas em Portugal desenvolvida pelo Prof. Alfredo Marvão Pereira para a Fundação Francisco Manuel dos Santos. A base possui informação actualizada desde os anos 1970 sobre os investimentos realizados em infra-estruturas de telecomunicações, transportes ferroviário, marítimo, aeroportuário e rodoviário, saúde, educação, saneamento básico e energia, e constitui um repertório único para a realização de investigação sobre os investimentos em infra-estruturas.

Na área dos Transportes e Comunicações, o GEE disponibiliza regularmente informação sobre o transporte internacional de passageiros e de mercadorias, quer através de documentos com análise dos dados quer através do painel anual.

Numa outra dimensão, o GEE acompanhou a Universidade do Minho e o Centro de Computação Gráfica no desenvolvimento do iAPEX - Portal para selecção de mercados de exportações, construído com base em informação do comércio internacional. O iAPEX está a ser testado pelo IAPMEI junto de empresas e está na segunda fase de desenvolvimento com o apoio da Caixa Geral de Depósitos, entidade que irá recorrer a esta ferramenta para ajudar os seus clientes exportadores. A AICEP integrou o conceito iAPEX no seu novo portal das exportações.

Toda a informação tratada pelo GEE facilita a resposta rápida a pedidos e a **disponibilização de informação sobre a economia portuguesa através de canais digitais** – Portal, *Facebook*, *LinkedIn* – onde os principais indicadores económicos são divulgados diariamente e imediatamente após serem publicados pelas fontes oficiais.

Esta divulgação está associada ao serviço de flache, que envia um email diário aos seus subscritores permitindo-lhes acederem a informação imediata com os indicadores do próprio dia e a sua evolução recente. Em 2018, o GEE publicou cerca de 360 edições do flache (das quais 228 para o público e 131 para os gabinetes da tutela) contendo 872 indicadores sobre as economias portuguesa, europeia e mundial.

Para além dos indicadores diários, o novo portal do GEE disponibiliza actualmente quase 14 mil conteúdos com informação económica, estando a maioria em formato bilingue (Português e inglês). O portal recebe mais de 200 mil visitas por ano (109 mil no 1º semestre de 2019) e regista 122 mil “downloads” de ficheiros.

O novo portal inclui também uma área com um conjunto de mapas e dados interactivos onde é possível fazer o cruzamento de dados nos seguintes temas: Comércio Internacional, Informação Sectorial, Informação Regional, Infra-estruturas, Informação Macroeconómica e Financeira, e Principais indicadores económicos.

A informação actualmente disponível no portal do GEE inclui 1.836 sínteses estatísticas bilingues que cobrem áreas tão diversas como as regiões, os sectores de actividade económica, as empresas, a população, o financiamento da economia, o comércio internacional, informação macroeconómica, conjuntura económica e previsões, entre outras. Estas sínteses são actualizadas regularmente, tendo sido introduzidas desde 2015 o total de 5.308.

A divulgação de informação económica nos outros canais digitais atinge cerca de 110 mil visitas por ano no *Facebook* (57.029 no 1º semestre de 2019, com 2.221 seguidores), e cerca de 75 mil o número de vezes que cada actualização foi exibida a usuários do *LinkedIn* (45.743 no 1º semestre de 2019).

A maior divulgação pública de informação económica beneficiou do esforço realizado pelo GEE directamente junto de estudantes e docentes universitários em universidades, e junto do público em geral através da imprensa. Nos últimos dois anos o GEE realizou 12 sessões de divulgação dos seus serviços em universidades e associações empresariais em todo o país e, em 2018, foi referenciado por 137 vezes em órgãos de comunicação social.

### **I.3 - Contribuir para o debate sobre a evolução da Economia Portuguesa através da elaboração de estudos e artigos com qualidade técnica reconhecida.**

As outras formas de concretizar a prioridade de contribuir para o conhecimento sobre a economia portuguesa, complementando a divulgação de informação e, em simultâneo, apoiando a definição de políticas públicas, são a elaboração de estudos e artigos, com particular ênfase nas questões da produtividade (desenvolvidas no ponto III), a organização e participação em conferências e seminários, a publicação de trabalhos académicos e de livros, e a estreita colaboração com centros produtores de conhecimento sobre a economia portuguesa, nomeadamente a academia, o Banco de Portugal, associações empresariais e organizações internacionais como a OCDE.

**O GEE realizou** uma média anual de 6 estudos aprofundados (de base académica ou sobre um tema económico) desde 2015, num total de **30 estudos, sobre temas da economia portuguesa** e de âmbito nacional, sectorial ou regional, destacando-se:

- What Determines Firm-level Export Capacity? Evidence from Portuguese firms
- A indexação da idade normal de acesso à pensão de velhice à esperança média de vida
- Administração Portuária – Empresas e sistemas tarifários
- A participação Portuguesa nas cadeias de valor globais
- Empresas Zombie em Portugal - Os sectores não transacionáveis da Construção e dos Serviços
- Digitalização da Economia e da Sociedade Portuguesa
- A Cibersegurança em Portugal
- O Comércio a Retalho em Portugal e uma Perspetiva do Comércio Local e de Proximidade
- Corporate Leverage and Investment in Portugal
- Global Value Chains and Vertical Specialization: The case of Portuguese Textiles, Leather, and Shoes exports
- Firm heterogeneity and exports in Portugal - Identifying export potential
- A Look at the main channels of Potential Impact of Brexit on the Portuguese Economy

A série “Temas Económicos” publicou 48 novos estudos desde 2015, dos quais 17 tiveram a participação de colaboradores do GEE. Estes estudos incidem sobre as diferentes dimensões da economia portuguesa e presentemente totalizam 76.

A contribuição para o maior conhecimento sobre a economia portuguesa passou ainda pela **publicação de 79 GEE Papers** (série de trabalhos publicados na RePEc - *Research Papers in Economics*) desde o final de 2014, tendo 13 a participação de colaboradores do GEE. A série “GEE papers” é constituída por 125 trabalhos de base académica que tiveram 2.705 *downloads* e 5.964 visitas em 2018, e representam uma das dimensões da colaboração existente entre o GEE e a Academia. Um dos objectivos é divulgar trabalhos realizados por jovens investigadores e /ou sobre a economia portuguesa.

Entre os estudos publicados e não elaborados por colaboradores do GEE destacam-se:

- *Boom, Slump, Sudden Stops, Recovery, and Policy Options. Portugal and the Euro*, por Olivier Blanchard e Pedro Portugal.
- *Infrastructure Investment, Labor Productivity, and International Competitiveness: The Case of Portugal*, por Alfredo Marvão Pereira e Rui M. Pereira
- *Case Study: DBRS Sovereign Rating of Portugal. Analysis of Rating Methodology and Rating Decisions*, por Annika Luisa Hofmann, Miguel Ferreira e João Lampreia

- *The Role of Gravity Models in Estimating the Economic Impact of Brexit*, por Graham Gudgin, Ken Coutts, Neil Gibson e Jordan Buchanan
- *The Diffusion of Knowledge via Managers' Mobility*, por Luca David Opromolla e Alessandro Sforza
- *Learning, Prices, and Firm Dynamics*, por Paulo Bastos, Daniel A. Dias e Olga A. Timoshenko
- *Collective bargaining through the magnifying glass: A comparison between the Netherlands and Portugal*, por Alexander Hijzen, Pedro S. Martins e Jante Parlevliet
- *Grande Guerra e Guerra Colonial: Quanto Custaram aos Cofres Portugueses?*, por Ricardo Ferraz
- *Brown Sugar, how come you taste so good? The impact of a soda tax on prices and consumption*, por João Pereira dos Santos e Judite Gonçalves

A nível sectorial, o GEE colaborou com várias associações empresariais tendo realizado ou estando a realizar **estudos sobre a competitividade dos sectores** do Calçado, Automóvel, Metalomecânica, Tecnologias de Informação e Comunicação, Comércio, Química, Transportes, “Shipping” e Segurador.

O GEE assegura ainda, em colaboração com o GPEARI do MF, a publicação do **Boletim Mensal da Economia Portuguesa**, tendo sido disponibilizadas 55 edições até Julho de 2019, contendo o mesmo número de secções temáticas sobre o Comércio Internacional de Portugal e 22 artigos elaborados por colaboradores do gabinete.

Uma quarta forma de divulgar conhecimento e de reforçar a ligação com o meio académico e as instituições internacionais é pela organização e pela participação em **seminários e conferências sobre a economia portuguesa**.

O GEE organizou mais de uma dezena de conferências, reforçando a ligação a universidades e o acesso a informação científica e técnica, tendo sido efectuadas mais de uma dezena de sessões de contacto directo com docentes e estudantes em todo o país para divulgação de informação económica e realizadas conferências associadas à atribuição de prémios para a investigação económica com resultados relevantes para as políticas públicas na área da Economia.

Para o próximo dia 17 de Outubro de 2019 está previsto um seminário conjunto com a Universidade de Évora onde serão apresentados seis trabalhos sobre financiamento, investimento e produtividade nas empresas portuguesas.

Até ao momento foram ou estão a ser organizados 5 **prémios para investigadores sobre a economia portuguesa** que contribuam para a investigação e divulgação de novo conhecimento. Estes prémios contam com o apoio de patrocinadores e os temas de investigação privilegiados abrangem a “Inovação baseada em Conhecimento” e “I&D e Inovação na Economia Digital” (Agência Nacional de Inovação), “Competitividade e Internacionalização” (PricewaterhouseCoopers), “Concorrência nos Mercados” (Montepio), “Telecomunicações e Digitalização da Economia” ( Autoridade Nacional de Comunicações), “Poupança e Financiamento” (Associação Portuguesa de Seguradores) e “Produtividade” (Banco BPI).

Desde o início de 2015, o GEE organizou internamente uma série de **seminários abertos a um público especializado** que conta já com a apresentação de 82 trabalhos. A série de seminários

mensais foi iniciada pelo GEE em 2015 com a realização de 21 apresentações por investigadores, académicos e colaboradores do ME. Posteriormente foi alargada à colaboração ao GPEARI do MF, tendo sido realizados desde 2016 mais 61 apresentações. Neste âmbito, o GEE colaborou marginalmente com o GPEARI do MF na organização da I Conferência do Fórum Global para a Produtividade da OCDE, que se realizou em Lisboa em 2016.

A colaboração com as universidades portuguesas incluiu ainda a **participação em júris de provas académicas**, nomeadamente para a obtenção do grau de Doutor e de Mestre.

Os colaboradores do GEE participaram também em algumas dezenas de conferências, em Portugal e no estrangeiro, nas principais universidades portuguesas, cobrindo a totalidade do país, no Banco de Portugal, na OCDE, na Comissão Europeia, no Conselho Superior de Estatística, no INE, no Tribunal de Contas e em eventos organizados por diversas entidades públicas e empresariais. A intervenção pública foi complementada com a publicação de diversos artigos em órgão de comunicação social especializada em assuntos económicos ou de índole generalista.

Finalmente, o GEE está a organizar a **reunião do “Working Party on Industry Analysis”** (WPIA - OCDE) em Portugal, em 16 e 17 de Setembro de 2019, no Salão Nobre do Instituto Nacional de Estatística, emprestado para o efeito. A reunião em Portugal possibilita a presença de outras entidades nacionais com interesse em temas relacionados com as empresas (IAPMEI, DGAE, ANI, AICEP, etc.). Para além disso, contribui para a promoção externa de Portugal (e de Lisboa), pois são esperados cerca de 50 representantes de países e da OCDE.

Portugal é membro do *Bureau* do WPIA, que apoia o funcionamento do grupo de trabalho ajudando a definir prioridades e agenda de trabalhos a desenvolver. Os trabalhos em curso, com vertente sectorial e de PME, cobrem as seguintes áreas: Digital, I&D em Inteligência Artificial, Dinâmica empresarial, Produtividade, Empresas multinacionais, Inovação e patentes, Concorrência nos mercados, Comércio internacional e cadeias de valor global, Mercado de trabalho, qualificações e ocupações.

As **publicações** constituíram um quinto canal de contribuição para o debate sobre a economia portuguesa. Para além das publicações já referidas foi ainda publicado, com o patrocínio da PricewaterhouseCoopers, um livro para o grande público, intitulado “Os Filósofos deste Mundo: As vidas, as épocas e as ideias dos grandes economistas”, e distribuído gratuitamente pelas bibliotecas dos 180 concelhos mais carenciados de Portugal.

Destaque-se também a publicação de dois números especiais de revistas académicas com estudos sobre a economia portuguesa (e com a participação de colaboradores do GEE):

- “Public Policy Portuguese Journal”, intitulado “Financing, Investment and Productivity in Portuguese Firms”, editado pelo GEE e pelos Professores Paulo Neto e Maria Manuel Serrano, da Unidade de Monitorização de Políticas Públicas e Universidade de Évora
- “Portuguese Economic Journal”, intitulado “Competition, Innovation, and Competitiveness and Internationalisation”, editado pelo GEE e pelos Professores Luís F. Costa, do ISEG Lisbon School of Economics and Management, e Steffen Hoernig, da Nova School of Economics da Universidade Nova de Lisboa, a ser publicado em Outubro.

#### **I.4 - Monitorizar o alinhamento entre as orientações de política, os objectivos e os resultados dos organismos do ME.**

Uma das prioridades definidas em 2015 no apoio à tutela e às restantes entidades do sector público foi a realização de **avaliação de políticas públicas**. O objectivo foi contribuir para colmatar uma falha importante na Administração Pública portuguesa, a pouca prática e a inexistência de uma cultura de avaliação dos efeitos das políticas públicas implementadas.

Esta falha tornou-se evidente ao longo da implementação do Memorando de Entendimento assinado por Portugal com a *Troika* em 2011, em que os técnicos do Fundo Monetário Internacional solicitaram sistematicamente estudos de avaliação *ex-ante* e *ex-post* das medidas tomadas ou a implementar.

A avaliação de políticas públicas realizada por colaboradores do GEE incidiu sobre diferentes áreas e programas, destacando-se:

- Estudo sobre o impacto da redução de efectivos na Base das Lajes
- Programa “Portugal Sou Eu”
- Parecer sobre a construção do novo Hospital da Madeira
- Comércio Internacional de Portugal com Angola
- Avaliação da Tarifa Social de Energia
- Impacto do Sector Aeronáutico na Economia Portuguesa (com o Prof. João Ferreira do Amaral)
- Efeitos da diminuição do IVA sobre electricidade e gás natural e compensação pelo aumento do ISP
- Impacto económico da Embraer no distrito de Évora (com o Prof. João Ferreira do Amaral)
- Fiscalidade da Energia - Análise sobre a viabilidade das isenções à tributação de energia
- Fiscalidade das bebidas açucaradas
- Programas de apoio à I&DT colaborativa
- SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e ao Desenvolvimento Empresarial (em realização)

O GEE elaborou ainda um diagnóstico sobre as potenciais causas para o fraco crescimento da produtividade na economia portuguesa. Este trabalho resultou na publicação de um artigo, sendo depois desenvolvido no âmbito do Conselho para a Produtividade (ponto III).

O GEE apoiou também a formação em avaliação de Políticas Públicas através da organização, por três professores da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de um curso dedicado à aprendizagem de diferentes metodologias.

Para além das avaliações realizadas pelos próprios técnicos, o GEE deu apoio às seguintes avaliações sobre políticas públicas feitas externamente:

- “Efeitos económicos da *Websummit*”, João Cerejeira da U. do Minho
- “Avaliação das Reformas do Mercado de Trabalho”, OCDE
- “Gabinetes de Estudos e de Planeamento na Administração Pública do séc. XXI”, Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Avaliação externa à implementação da medida “Custa Quanto?”, realizada no âmbito do protocolo entre a UTAIL e o departamento de “Regulatory Policy” da OCDE.

- “Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas”, Agência de Desenvolvimento e Coesão
- “Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020”, Agência de Desenvolvimento e Coesão

Uma outra área em que foi monitorizado o alinhamento entre orientações e objectivos das políticas públicas foi o **programa “Custa Quanto?”** em que o GEE é a entidade responsável no ME pela avaliação dos custos para as empresas da nova legislação. No total, foi feita a avaliação de 56 documentos legislativos desde meados de 2017. O GEE colaborou ainda com o CEJUR (Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros) e a OCDE na introdução de melhorias neste programa.

Finalmente, o GEE é a entidade que anualmente gere a implementação do **SIADAP1** acompanhando todas as entidades do ME. Para isso, colabora com todos os serviços do ministério realizando os pareceres críticos das respectivas auto-avaliações, solicitando a sua monitorização intercalar no final do primeiro semestre e realizando o Relatório de Análise Comparada do desempenho dos organismos do ME.

## **II – Recursos humanos e financeiros potenciados**

Os recursos são, por definição, escassos e devem ser usados da melhor forma possível. Isto é ainda mais importante num contexto como o actual, em que há uma elevada dívida do Estado e é necessário consolidar as contas públicas. Apesar desta restrição, o GEE fez uma aposta na qualidade do trabalho desenvolvido pelos colaboradores através do reforço de qualificações, da formação e da contratação externa, e do desenvolvimento de um relatório trimestral de monitorização de indicadores de gestão em complemento aos instrumentos de gestão tradicionais (Plano de Actividades e Relatório Anual).

Em acréscimo, foi seguido um princípio de responsabilidade orçamental baseado na contenção de despesa e na diversificação das fontes de financiamento através de uma candidatura ao SAMA (Sistema de Apoios à Modernização Administrativa) e da implementação de uma dezena de parcerias com entidades privadas e públicas de que resultou a obtenção de diversos patrocínios.

Para além disso, foram ainda implementados: Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas - revisto a 25 de Julho de 2019; Código de Conduta do GEE – 19 de Dezembro de 2014; Regulamento Interno de Funcionamento e Horário de Trabalho – 30 de Junho de 2016; Política de Privacidade no âmbito do RGPD – 25 de Maio de 2018.

### **II.1 – Recursos humanos competentes e especializados**

A satisfação dos colaboradores foi sempre central para a actividade do GEE ao longo destes cinco anos. Esta questão era ainda mais importante pelo congelamento de carreiras e pela redução temporária dos salários verificada no âmbito da crise económica.

Para além disso, até Setembro de 2015 o GEE possuiu um quadro de pessoal de 105 pessoas pela permanência dos colaboradores associados às áreas do emprego e do mercado de trabalho. A cultura de trabalho destes elementos era significativamente diferente da que se verificava no GEE, o que criou alguns problemas de gestão de recursos humanos.

#### **II.1.1 – Reforço da qualidade dos recursos humanos**

Após a saída dos colaboradores da área do emprego, a preocupação foi assegurar o crescimento da satisfação dos colaboradores de forma a aumentar as suas qualificações e o seu desempenho, e a elevar a capacidade e a qualidade de prestação de serviços pelo GEE. O inquérito anónimo anualmente realizado aos colaboradores mostra uma subida de 3,5 em 2015 para 3,9 em 2018 (numa escala 1-5)

Para isso, foram estabelecidas reuniões trimestrais entre os elementos da direcção superior e intermédia para acompanhar a evolução dos indicadores do Plano de Actividades (não só da prestação de serviços e realização de estudos, mas também de gestão) e resolver questões de gestão.



Foi ainda realizada uma reunião geral com todos os colaboradores no início do mandato em que foi discutida a estratégia e os objectivos do GEE para 2015-2019, e foi implementada a prática de realizar uma reunião anual de apresentação dos resultados e de perspectivas para o ano seguinte com todos os colaboradores. Esta reunião realizou-se sempre no mês de Dezembro, antecedendo o tradicional lanche de Natal.

A satisfação dos colaboradores foi também associada a perspectivas de promoção para cargos de chefia intermédia disponíveis e à realização de formação. Em média anual, 51% dos trabalhadores recebeu formação específica para as suas necessidades de trabalho no GEE, sendo a formação aprovada e proposta pela direcção ou aprovada pela direcção após justificação da sua necessidade apresentada pelo trabalhador.

A formação incidiu sobre diferentes áreas, tendo havido um esforço orientado para que os técnicos superiores dominassem a manipulação de grandes bases de dados e realizassem trabalho econométrico. Assim, foram organizadas internamente diversas acções de formação em STATA, Excel, Microsoft SQL e Inglês, sempre adequadas às necessidades dos colaboradores do GEE. Foi ainda disponibilizada formação especializada em estatística dos bancos centrais (Balança de Pagamentos e Crédito) e num modelo de avaliação de acordos comerciais na OCDE.

A reorganização do GEE em áreas especializadas visou constituir equipas qualificadas nos diversos temas da responsabilidade do ME, tentando sempre conjugar as preferências dos colaboradores com a melhoria do apoio técnico às tutelas e aos restantes serviços da Administração Pública, de forma a contribuir para o desempenho das suas atribuições e para alcançar os objectivos estratégicos definidos.

Para além disso, a assistência e a participação activa em seminários e conferências organizadas pelo GEE e externas foi incentivada, incluindo-se as de âmbito mais académico. Esta presença é uma forma de reforçar o conhecimento e a formação em questões mais concretas da Economia e das políticas públicas e de consolidar a ligação à academia.

Este esforço foi complementado com a tentativa de contratação de colaboradores do exterior, uma vez que a Administração Pública não dispõe técnicos especializados em número suficiente nas áreas de intervenção do GEE. Neste âmbito, foram contratados dois recursos em concurso externo e dois recursos do Banco de Portugal, por cedência de interesse público.

Note-se que o GEE abriu recorrentemente concursos para recrutamento interno por mobilidade ao longo dos últimos anos, sendo que muitos não tiveram candidatos e outros não ocuparam todas as vagas postas a concurso, o que demonstra a indisponibilidade de recursos na Administração Pública com as características requeridas. Estas necessidades também não foram supridas com as entradas de colaboradores via CEAGP, que demonstrou ao longo dos anos não ser adequado para a contratação de profissionais com as características técnicas de que o GEE necessita.

Actualmente, o GEE tem 34 colaboradores e um quadro de pessoal de 47 (preenchimento de 72%) que não é totalmente preenchido precisamente pela dificuldade em contratar técnicos muito qualificados dentro da Administração Pública. Em relação a 2015 (quando tinha 32 colaboradores), houve um reforço das qualificações académicas, havendo mais 3 doutorados e

mais 4 mestres. Este reforço foi realizado apesar da saída de 11 colaboradores nos últimos três anos, alguns dos quais com qualificação acima da média.

As medidas de gestão implementadas durante o mandato tiveram efeitos positivos nos resultados do GEE. Mas o esforço para consolidar o gabinete enquanto centro de competências tem de ser continuado por forma a reforçar a capacidade para a realização de trabalhos especializados, nomeadamente ao nível da avaliação de políticas públicas.

### II.1.2 – Consolidação do GEE como Centro de Competências

Nos próximos cinco anos está prevista a saída de 12 colaboradores por aposentação, ficando o GEE reduzido a um total de 22 pessoas (47% do actual mapa de pessoal) se estas saídas não forem colmatadas (ficariam 25 vagas por preencher).

Estes recursos são insuficientes para a manutenção e desenvolvimento de equipas especializadas e qualificadas, designadamente para garantir que as seguintes tarefas em cada uma das áreas de política pública sejam desempenhadas com qualidade:

- Identificar e actualizar o racional económico para as políticas públicas
- Acompanhar e contribuir para a implementação de políticas
- Conhecer e trabalhar os indicadores relevantes
- Fazer investigação e avaliação de políticas

#### Projecção de recursos humanos a 5 anos

Recursos humanos	Recursos atuais	Saídas previstas até 2024	Recursos em 2024	Mapa de pessoal	Preenchido em 2024 (%)
Direção	2	0	2	2	100,0%
Técnicos superiores:	25	6	19	37	51,4%
- Doutorados	1	0	1		
- Mestrados	8	0	8		
- Licenciatura	15	5	10		
- Bacharelato	1	1	0		
Assist. técnicos+ informáticos (12º ano)	7	6	1	7	14,3%
Assistente Operacional (9º ano)	0	0	0	1	0,0%
	<b>34</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>47</b>	<b>46,8%</b>

O reforço do GEE enquanto centro de competências no futuro próximo requer por isso a reposição dos recursos humanos cuja saída está prevista nos próximos 5 anos e a contratação externa de novos recursos. Neste sentido, **é essencial** para o reforço do GEE enquanto centro de competências **a entrada, durante os próximos 5 anos, de pelo menos 17 técnicos superiores com mestrado e/ou doutoramento na área económica e/ou matemática/estatística**, sendo desejável que pelo menos 5 tenham doutoramento para reforçar a qualidade dos trabalhos aplicados à economia portuguesa.

Estas entradas de recursos visam:

- Substituir a saída de colaboradores no passado recente e os que estão previstos por aposentação.

- Necessidade de entrada de técnicos com formação base suficiente para gerir e trabalhar com bases de dados de grande dimensão (vários milhões de registos, com pelo menos algumas dezenas de gigabytes), que não estão disponíveis na Administração Pública.
- Necessidade de reforçar a capacidade de apoiar a definição e de avaliar políticas públicas no âmbito do ME e em termos transversais à administração pública, nomeadamente considerando aspectos fundamentais como os seus efeitos ambientais (ou se o Conselho para a Produtividade manteve o figurino actual - ponto III).
- Necessidade de realizar estudos aprofundados que requerem muito boas qualificações teóricas na área de Economia, prática na aplicação de *software* econométrico e conhecimento de técnicas metodológicas equivalentes ao nível académico (não disponíveis na Administração Pública).

## II.2 – Contenção nos recursos financeiros

Ao nível dos recursos financeiros, o GEE incluiu até 2018 um objectivo de poupança nas despesas correntes face ao valor orçamentado e pós-cativações, procurando conciliá-la com preocupações ambientais pelo menor consumo de papel e energia. Esse objectivo foi sempre superado, tendo as poupanças realizadas contribuído positivamente para a consolidação das contas públicas.

Para além disso, desde 2015 o GEE conseguiu patrocínios de outras entidades (BPI, APS, PwC, CGD, ANACOM, ANI, Montepio) e concorreu a um projecto SAMA, tendo financiado uma parte da despesa corrente total sem recorrer ao Orçamento de Estado. O total da despesa corrente realizada entre 2015 e 2018 foi 984 mil euros e o valor obtido externamente corresponde a 20% da despesa, 191 mil euros.

Os recursos financeiros aplicados com o pessoal estiveram sempre aquém do inicialmente orçamentado, dada a dificuldade em conseguir técnicos qualificados na Administração Pública e dadas as restrições ao recrutamento externo (ponto II.1 acima).

Os investimentos realizados visaram aumentar a capacidade de resposta do GEE, tendo incidido sobre o novo portal e a aquisição e actualização de equipamentos e *software* (SPSS, STATA, Microsoft SQL). Finalmente, o GEE foi chamado pelo ME a fazer um esforço financeiro muito superior ao que são as suas necessidades para a instalação de um *software* de Gestão documental.

### III – Melhorar o funcionamento do Conselho para a Produtividade

A produtividade é uma das prioridades do GEE desde o início do mandato desta direcção dada a desaceleração do seu crescimento que se observou nos últimos 20 anos em Portugal. Para além disso, uma vez que o nível de produtividade de uma economia determina a prazo o nível de vida da sua população, a compreensão sobre a evolução das diferentes dimensões da produtividade na economia portuguesa é uma das formas mais importante de contribuir para o conhecimento.

Neste sentido, o GEE apresentou 3 propostas consecutivas para a criação de um Conselho para a Produtividade em Portugal que acompanhasse e avaliasse as políticas públicas numa perspectiva dos seus efeitos na produtividade:

- Em 13 de Julho de 2015
- Em 6 de Julho de 2016
- Em 9 de Novembro de 2017

Apenas a terceira proposta foi considerada, e após a recomendação do Conselho da UE para a criação de conselhos para a produtividade nacionais (de Setembro de 2016). As propostas permitiam, numa fase inicial, o aproveitamento de sinergias com os recursos do Gabinete de Estudos do ME, evoluindo a médio prazo para um Conselho para a Produtividade (CPP) dotado de autonomia e de recursos próprios.

Um ponto sempre referido foi a necessidade de garantir a independência de funcionamento do CPP, em linha com a experiência de conselhos já estabelecidos há algumas décadas, designadamente na Austrália e na Nova Zelândia, mesmo considerando que o CPP deveria responder a solicitações do Governo. A Recomendação do Conselho da União Europeia veio reconhecer e reforçar esta necessidade de independência.

#### III.1 – A participação do GEE no CPP

A opção do Governo em Março de 2018 foi a criação de um CPP bicéfalo, com rotatividade entre responsáveis da área da Economia e das Finanças, mas estando proibida a utilização de recursos financeiros. Em termos práticos, o trabalho do CPP seria assegurado pelo esforço extra dos colaboradores dos gabinetes de estudos do ME e do MF.

Apesar do esforço acrescido exigido aos colaboradores do GEE, o trabalho desenvolvido foi decisivo para o primeiro ano de actividade do CPP. O **1º Relatório do CPP “A Produtividade da Economia Portuguesa”** efectua um diagnóstico sobre os principais determinantes da produtividade e identifica áreas de política pública que são relevantes para o crescimento da produtividade em Portugal, tendo sido quase integralmente elaborado pelos colaboradores do GEE. Da mesma forma, a **Base de Dados de Indicadores de Produtividade** foi totalmente desenvolvida no GEE.

Para além disso, a **criação do Conselho Consultivo** resultou de convites endereçados pelo GEE aos seus membros, tendo sido constituído quer para o aconselhamento estratégico, quer para a validação das análises e estudos técnicos a realizar pelo CPP. Para além disso, os seus

membros, individualmente ou nas instituições em que estão inseridos, poderão também cooperar com o CPP no desenvolvimento da avaliação de políticas públicas. Deste modo, pretendeu-se garantir uma base de partida para a consolidação da transparência, da autonomia e do bom desempenho no funcionamento do CPP.

O GEE contribuiu ainda para a organização da 1ª Conferência do Conselho para a Produtividade, em 29 de Março 2019, e para a criação do portal do CPP, ambos a cargo do GPEARI do MF. O portal permite a disponibilização pública de estudos e indicadores estatísticos sobre produtividade em Portugal.

Para além da Base de Dados de Indicadores de Produtividade acima referida, o portal do CPP contém diversos **estudos elaborados no GEE**:

- “Global Value Chains and Vertical Specialization: The case of Portuguese Textiles, Leather, and Shoes exports”, Tiago Domingues; GEE paper 117, January 2019
- “The Determinants of TFP Growth in the Portuguese Service Sector”, Catarina Branco, Tiago Domingues e Ana Martins, GEE Paper 114, 2018
- “Assessing the Competitiveness of the Portuguese Chemical Sector”, Ana Rita Marques e Cátia Silva, GEE paper 110, 2018
- “Competition and Firm Productivity: Evidence from Portugal”, Pedro Carvalho, GEE paper 108, 2018
- “Corporate Leverage and Investment in Portugal”, Ana Martins, José Gonçalves e João Duque, GEE paper 100, 2018
- “Assessing the Competitiveness of the Metalworking Sector”, João Marinho e Pedro Carvalho, GEE paper 92, 2018
- “A Paradox in Productivity”, Ricardo Pinheiro Alves, International Productivity Monitor Number 32, Spring 2017, Canada
- “Empresas Zombie em Portugal - Os sectores não transacionáveis da Construção e dos Serviços”, Gabriel Osório de Barros, Filipe Bento Caires e Dora Xarepe Pereira, GEE paper 88, 2017
- “Assessing the Competitiveness of the Portuguese Footwear Sector”, Fábio Batista, José Matos e Miguel Matos, GEE paper, 66, February 2017.
- “The Determinants of TFP Growth in the Portuguese Manufacturing Sector”, Daniel Gonçalves and Ana Martins, GEE paper, 62, November 2016

No final de **Março de 2019** o GEE assumiu a **coordenação do Conselho para a Produtividade**, tendo desde então dinamizado diferentes iniciativas conjugadas com o Programa de Promoção do Conhecimento sobre a Economia Portuguesa.

- **Avaliação de políticas públicas na óptica da produtividade**, iniciando-se com o Sistema de Incentivos Fiscais à I&D empresarial (SIFIDE – em coordenação com a Agência Nacional de Inovação).
- **Cooperação com outros conselhos** para a produtividade, nomeadamente o francês, potenciando a presença de um dos seus membros no Conselho Consultivo.
- **Boletim** sobre Produtividade, cuja publicação estava prevista duas vezes por ano mas que, por razões alheias ao GEE, não foi publicado.
- Participação no Grupo de Trabalho **Indicadores de Competitividade e Produtividade** da Economia Portuguesa (funciona no âmbito da Secção Permanente de Estatísticas Económicas do Conselho Superior de Estatística), que visa o desenvolvimento de indicadores sobre competitividade e produtividade em Portugal que permitam comparações internacionais e que sejam publicados regularmente pelo CPP.

- Representação de Portugal no **Fórum Global para a Produtividade** (OCDE), sendo o GEE membro do *Steering Committee*, o que possibilita influenciar a sua actividade no sentido de abordar questões relevantes para a política pública em Portugal. Desta forma, contribui para o conhecimento sobre os efeitos das políticas públicas na óptica da produtividade aproveitando o trabalho técnico desenvolvido pela OCDE.
- Participação no **projecto Multiprod** (OCDE), que apresenta indicadores sectoriais de produtividade com base em microdados das empresas e possibilita a sua monitorização e uma melhor compreensão sobre questões como a relação do crescimento da produtividade com a dimensão das empresas, com a evolução salarial, na afectação sectorial dos recursos da economia, entre outras.
- **Divulgação de conhecimento sobre produtividade e da actividade do CPP** para o público através da comunicação social
- **Formação sobre técnicas de avaliação** de políticas públicas, um programa desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa
- Implementação de **Prémio para promoção de investigação** empírica sobre os efeitos das políticas públicas na óptica da produtividade, patrocinado pelo BPI.

### III.2 – Proposta para o futuro do Conselho para a Produtividade

O funcionamento do CPP terá de ser revisto até Março de 2020, conforme prevê o despacho que o criou (número 6 do Despacho conjunto dos Ministros da Economia e das Finanças). O despacho prevê ainda:

- O propósito do CPP é “ ... acompanhar o desempenho das políticas públicas na área da produtividade através da realização de análises económicas *ex-ante* e *ex-post* dos seus efeitos, tendo em vista i) promover o aumento da produtividade de forma sustentada, atuando transversalmente sobre políticas públicas e contribuindo para a melhoria do nível de vida da população; e (ii) reforçar a discussão pública e alargada sobre reformas em curso e a implementar, promovendo assim uma maior apropriação dos processos de reforma.”
- O Conselho para a Produtividade funciona na dependência conjunta do Ministro das Finanças e do Ministro da Economia.

Esta segunda opção, juntamente com a criação de uma estrutura bicéfala, tornou mais difícil a gestão do CPP e a existência da necessária transparência para garantir a autonomia funcional e de capacidade para comunicar com o público, e a independência de análise, ambas recomendadas pelo Conselho da UE (nº 7 da Recomendação de 20 de Setembro de 2016).

A criação de um Conselho Consultivo composto por personalidades independentes, de reconhecido mérito e com trabalho desenvolvido nesta área, foi um primeiro passo para garantir transparência e autonomia no funcionamento do CPP. Mas a existência deste Conselho não é suficiente por si só para garantir a autonomia do CPP, sendo necessária uma garantia nesse sentido que esteja formalmente expressa.

Para além disso, o CPP não só não dispõe de quaisquer recursos próprios, dependendo do esforço acrescido de técnicos com outras funções, como o funcionamento ao longo do primeiro ano e meio demonstrou que o actual modelo de alternância na sua coordenação não permite que existam as condições necessárias para uma gestão continuada e coerente.

A revisão do CPP que agora se aproxima é a altura ideal para lidar com estas limitações, aproveitando a experiência adquirida com o seu lançamento e funcionamento. **Para que o CPP seja reformulado de modo a funcionar de forma adequada** é necessário preencher **3 condições**:

- Uma **estrutura apropriada, com os meios necessários e com uma liderança coerente** ao longo de 3 anos, o período mínimo necessário para poder ser desenvolvido um trabalho proveitoso no sentido de apoiar as políticas públicas (como é o caso do Conselho Australiano ou do Irlandês, por exemplo).
- **Garantia formal de independência** do CPP na análise económica realizada às políticas públicas e na discussão pública dos resultados (como acontece, por exemplo, com o Conselho francês).
- **Empenho das diferentes áreas sectoriais na avaliação de políticas públicas**, o que se consegue com a apresentação de resultados, como foi o caso do 1º Relatório do CPP sobre “A produtividade na Economia Portuguesa”, e com um esforço contínuo de contacto do CPP com os responsáveis sectoriais.

Para além disso, é ainda necessário **alargar o objecto do CPP** ao desenvolvimento de indicadores e à monitorização do desenvolvimento da produtividade na economia portuguesa nas suas diferentes dimensões.

A implementação destas mudanças é condição necessária para se alcançar o propósito de apoiar transversalmente as políticas públicas e contribuir para o crescimento mais rápido e sustentável da produtividade, e desta forma, para a melhoria do nível de vida da população portuguesa.

## IV – A consolidação de competências no futuro próximo

Os próximos 5 anos deverão servir para **consolidar o GEE enquanto centro de competências**, reforçando o apoio técnico à tutela e aos restantes serviços da Administração Pública, alargando a divulgação de informação ao público que aumente o conhecimento e facilite o diagnóstico sobre as economias portuguesa e internacional, e afirmando-o como agente activo no debate sobre a evolução da economia portuguesa.

Esta perspectiva é independente da evolução da conjuntura económica nacional e internacional, mesmo sabendo que poderá influenciar a actividade do GEE pelos efeitos nas contas públicas e, conseqüentemente, nos recursos disponíveis.

Neste sentido, a aposta nos próximos anos deve incidir sobre os seguintes pontos:

- Reforçar o seu quadro de pessoal com pelo menos 17 técnicos superiores com mestrado e/ou doutoramento durante os próximos 5 anos, compensado as saídas previstas e aumentando a sua qualidade técnica
- Melhorar as competências dos colaboradores, alargando a todos algumas das práticas do GEE ao nível da organização temática e das metodologias aplicadas
- Garantir uma maior participação na definição de políticas públicas, designadamente na vertente económica em que se devem fundamentar
- Consolidar o conhecimento e os recursos afectos a aumentar a coordenação entre os objectivos económicos e os respectivos efeitos ambientais, e a promover o funcionamento da economia circular
- Monitorizar as principais macrotendências a nível tecnológico, demográfico, das competências, da energia, ambiente, urbanismo ou transportes, e as suas conseqüências sectoriais.
- Aprofundar o âmbito de avaliação de políticas públicas a todas as áreas do ME
- Estreitar a coordenação entre os estudos realizados pelo GEE e as prioridades de política económica
- Diversificar as metodologias e os instrumentos técnicos utilizados no apoio à definição e avaliação de políticas públicas
- Aumentar a ligação aos “*stakeholders*”, nomeadamente ao sector empresarial e aos centros de conhecimento nacionais
- Alterar qualitativamente a coordenação com a DGAE ao nível das políticas decididas a nível da UE, de forma a reforçar o tempo de preparação e a fundamentação técnica da posição portuguesa
- Participar na definição do futuro do Conselho para a Produtividade, designadamente sobre o seu funcionamento e o papel dos técnicos do GEE

A curto prazo, o GEE irá ainda completar os estudos que estão actualmente previstos no sentido de contribuir para as políticas públicas: Avaliação de impacto do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D empresarial (SIFIDE); Avaliação do setor segurador na economia portuguesa; Impacto do “*sourcing*” internacional na actividade das empresas; Determinantes da poupança das famílias portuguesas; Efeitos da qualificação do trabalho na produtividade.

Finalmente, a escolha de um novo local para o GEE prevista para 2020, a concretizar-se a concessão do edifício da Rua da Prata no âmbito do Programa Revive, deve respeitar a fácil acessibilidade em termos de transportes públicos, nomeadamente a rede do metropolitano de Lisboa.



## **Anexo 1: Carta de Missão do Director do GEE**

### Missão do Organismo

O Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) tem por missão prestar apoio técnico aos membros do Governo na definição de políticas e no planeamento estratégico e operacional, apoiar os diferentes organismos do Ministério da Economia (ME), através do desenvolvimento de estudos e da recolha e tratamento de informação, garantindo a observação e avaliação global de recursos obtidos.

### Principais serviços prestados

- Presta apoio técnico em matéria de definição das políticas e dos objetivos do ME e contribui para a conceção e a execução da respetiva política legislativa;
- Apoio a definição do planeamento estratégico do ME, das empresas e organismos tutelados, nomeadamente em matéria das grandes prioridades financeiras, bem como acompanha a respetiva execução;
- Concebe metodologias de avaliação dos instrumentos de política, de modo a monitorizar a sua execução, definindo no plano técnico objetivos e indicadores estratégicos que indexem e objetivem os resultados pretendidos com as políticas ministeriais;
- Elabora estudos de prospetiva de âmbito nacional, sectorial e regional, desenvolvendo competências nas áreas das metodologias prospetivas e de cenarização, identificando e acompanhando as tendências de longo prazo nas áreas de intervenção do ME;
- Garante a gestão integral do ciclo de investimentos a cargo do ME em matéria de obras públicas, nas fases de programação, previsão orçamental, acompanhamento e avaliação;
- Elabora, difunde e apoia a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do ME, designadamente as orientadas para o acompanhamento dos projetos em regime das parcerias público -privadas que envolvam o Ministério;
- Assegura o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do ME, coordenando e controlando a sua aplicação.

### Orientações Estratégicas

- Responder de forma qualificada às solicitações dos gabinetes da tutela.
- Disponibilizar regularmente informação estatística tratada, que permita manter um diagnóstico permanente sobre a evolução da Economia Portuguesa;
- Contribuir para o debate sobre a evolução da Economia Portuguesa através da elaboração de estudos e artigos com qualidade técnica reconhecida;
- Monitorizar o alinhamento entre as orientações de política, os objetivos e os resultados dos organismos do ME.

### Objetivos Operacionais

#### Eficácia:

- a) Monitorizar o alinhamento entre as orientações de política, os objetivos e os resultados dos organismos do ME;
- b) Reforçar a disponibilização de informação estatística nas áreas de intervenção do ME;
- c) Contribuir para o debate sobre a evolução da Economia Portuguesa, numa perspetiva orientada para a política económica;
- d) Acompanhar a implementação do SIADAP nos serviços do ME, tendo em conta as orientações estratégicas do ME;

#### Eficiência:

- a) Promover ações de melhoria organizacional no GEE conducentes à melhoria da eficiência

dos serviços prestados;

b) Assegurar resposta atempada às solicitações externas;

Qualidade:

Avaliar o grau de satisfação de serviços prestados pelo GEE

Recursos Necessários

Os objetivos definidos serão alcançados com os recursos humanos, materiais e financeiros anualmente afetos ao Gabinete de Estratégia e Estudos do ME, incluindo as tecnologias e sistemas de informação e comunicação.

## **Anexo 2: Missão e atribuições**

1 — O GEE tem por missão prestar apoio técnico aos membros do Governo na definição de políticas e no planeamento estratégico e operacional, apoiar os diferentes organismos do Ministério da Economia (ME), através do desenvolvimento de estudos e da recolha e tratamento de informação, garantindo a observação e avaliação global de resultados obtidos.

2 — O GEE prossegue as seguintes atribuições:

- a) Prestar apoio técnico em matéria de definição das políticas e dos objetivos do ME e contribuir para a conceção e a execução da respetiva política legislativa;
- b) Apoiar a definição do planeamento estratégico do ME, das empresas e organismos tutelados, nomeadamente em matéria das grandes prioridades financeiras, bem como acompanhar a respetiva execução;
- c) Conceber metodologias de avaliação dos instrumentos de política, de modo a monitorizar a sua execução, definindo no plano técnico objetivos e indicadores estratégicos que indexem e objetivem os resultados pretendidos com as políticas ministeriais;
- d) Elaborar estudos de prospetiva de âmbito nacional, sectorial e regional, desenvolvendo competências nas áreas das metodologias prospetivas e de cenarização, identificando e acompanhando as tendências de longo prazo nas áreas de intervenção do ME;
- e) Coordenar e difundir a informação científica e técnica do ME, e exercer a respetiva função editorial;
- f) Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do ME;
- g) Garantir a gestão integral do ciclo de investimentos a cargo do ME em matéria de infraestruturas, nas fases de programação, previsão orçamental, acompanhamento e avaliação;
- h) Assessorar o ME relativamente a questões de natureza ambiental, designadamente no âmbito da matéria de infraestruturas;
- i) Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do ME, designadamente as orientadas para o acompanhamento dos projetos em regime das parcerias público -privadas que envolvam o ME;
- j) Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação de serviços no âmbito do ME, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria.